

Anexo A – Entrevista Exploratória 1

1 – De acordo com a sua experiência e o seu conhecimento na área em estudo, considera que as significativas alterações que a Lei das Atribuições e Competências dos Municípios tem sofrido, têm determinado uma reconfiguração da intervenção dos Assistentes Sociais (AS) integrados nos municípios portugueses desde 1974, ou pelo contrário, esses profissionais têm mantido a sua ação numa linha de alguma continuidade?

Considero que, de forma efetiva, as alterações ao nível das atribuições e competências das autarquias locais em matéria social não têm sido significativas. É que, se por um lado as principais leis (a das Autarquias, Lei 159/99, o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias, Lei nº 5-A/2002, e a Lei das Finanças Locais, Lei 2/2007) definem atribuições e competências de uma forma amplas, por outro, essas competências estão dependentes de regulamentação específica e da transferência de recursos da administração central para a local, o que não se tem concretizado. Em matéria de assuntos sociais, apenas foram transferidas para os municípios competências na área da Educação, especificamente para o ensino básico. Na área da Ação Social, pese embora o papel coordenador dos municípios nos Conselhos Locais da Ação Social (CLAS), tal papel não confere ao município maior capacidade de decisão e de concretização, sendo exemplo o que se passa com os equipamentos sociais: apesar do papel do CLAS no planeamento dos equipamentos, os recursos que possam ser alocados para a sua construção são geridos pela administração central e são as IPSS quem pode beneficiar do apoio financeiro do Estado; quando se trata da gestão desses equipamentos, os municípios não têm qualquer interferência nos acordos de cooperação nem qualquer poder de fiscalização da atividade das IPSS que estão no seu território. Na área da Habitação, a organização dos municípios é variada, atendendo ao facto de serem de natureza urbana ou rural e, sobretudo, se trata de municípios das duas áreas metropolitanas que têm problemas muito específicos e tiveram programas também específicos para os ultrapassar.

Perante este quadro, considero que, mais do que o quadro de competências, tem sido o **interesse dos autarcas e a pressão das populações** o principal motor da acção municipal no campo social. Infelizmente, o interesse dos autarcas nem sempre é constante, dependendo frequentemente dos calendários eleitorais e tal é possível, precisamente, porque o quadro

normativo, não tendo passado à fase de regulamentação – transferência efectiva de competências/responsabilidades – permite que os municípios ou não intervenham ou o façam quando querem e/ou quando têm capacidade financeira para tal e/ou quando podem obter benefícios políticos directos.

Quanto aos assistentes sociais: o seu papel tem acompanhado a evolução do quadro autárquico e, do meu ponto de vista, não se pode encontrar um perfil único de profissional neste sector. Depende da sua formação, do nível de competências profissionais que detêm, do tipo de município em que trabalham, das prioridades que os políticos definem. Julgo é que, desenvolvendo a sua acção profissional num contexto de proximidade aos cidadãos e às restantes entidades que intervêm num território, é-lhes cada vez mais exigido que detenham competências ao nível do trabalho em rede e ao nível do diagnóstico e planeamento social. E, na verdade, nem todos possuem tais competências, seja porque as escolas falharam nesse campo da formação, seja porque os próprios não se esforçam por as desenvolver.

Pelo exposto, considero que não se pode falar, genericamente, de intervenção numa linha de continuidade, porquanto há novas exigências em termos de intervenção, seja pelas novas expressões dos problemas, seja pela diversidade de modelos de intervenção que vão sendo utilizados na intervenção social (ora o modelo de intervenção em rede, ora o modelo de caso, ora o modelo de intervenção com comunidades...ou, também, a utilização simultânea de vários modelos). Considero que, de facto, que mais do que continuidade há, na intervenção municipal, uma grande diversidade.

2 – Existe por vezes a percepção, de que os AS integrados nos municípios portugueses, têm desenvolvido uma prática de cariz assistencial, na linha do que Ander Egg considera como o “...conjunto de atividades...que têm por finalidade prestar ajuda a indivíduos e grupos necessitados social e/ou economicamente”, afastando-se assim de práticas mais estruturantes dos territórios, associadas à conceção de Desenvolvimento Local. Que comentário lhe merece esta afirmação no seu quadro de conhecimentos e das atribuições cometidas ao Serviço Social?

Na linha do afirmado anteriormente, considero que **não se pode falar, genericamente, de uma prática de cariz assistencial por parte dos AS**. Por um lado, porque há AS cujo trabalho é mais de planeamento, de intervenção na rede social concelhia e de trabalho com

comunidades; por outro, porque há municípios onde a vertente assistencial nem sequer é desenvolvida, porque os municípios remetem as funções assistenciais para quem detém as competências legais, a Segurança Social, e os AS dos municípios são, essencialmente, técnicos de gabinete que pouco mais fazem do que propor apoios à actividade das IPSS ou fazer a gestão de medidas controladas pelo estado (CPCJ, Gabinetes de Inserção Profissional do IEFP, por exemplo).

Há alguns municípios onde a vertente assistencial é mais forte, outros em que a perspectiva de desenvolvimento social das populações e dos territórios é mais valorizada, outras, ainda, em que os municípios se limitam a apoiar – financeira e/ou logisticamente – a actividade das IPSS. Porém, e neste contexto de crise e pelas repercussões que ela tem nas vidas de quem reside num território, é certo que há alguns municípios que têm vindo a enveredar por medidas de cariz assistencialista: programas de apoio alimentar, gestão de lojas sociais, apoio para aquisição de medicamentos, apoios monetários para carenciados (que não podem ser atribuídos directamente às pessoas pois isso é uma competência da Segurança Social, o município tem de o fazer através de uma IPSS...) E não há dúvida de que este tipo de medidas também é necessário, desde que não deixem de ser postas em prática medidas relacionadas com a dimensão do desenvolvimento das pessoas, das comunidades e dos territórios, em suma, medidas promotoras do desenvolvimento local. Por isso, considero que a questão da “percepção” de que os AS dos municípios são assistencialistas não é correcta, porquanto as suas práticas dependem de vários factores: i) da perspectiva dominante da organização, isto é, da orientação política e do que é solicitado aos técnicos; ii) da capacidade dos técnicos para influenciarem os políticos num outro sentido que não apenas o assistencialista; iii) da competência técnico-operativa (e política) dos AS para uma intervenção mais consentânea com o conceito de desenvolvimento local.

3 – Daquilo que conhece, entende que os AS integrados em municípios têm tido um papel de destaque na conceção das políticas sociais municipais, ou em contrapartida, têm-se limitado a desempenhar um papel predominantemente executor dessas mesmas políticas?

Do que conheço das práticas dos AS nos municípios, há diversidade, não há um perfil do AS autárquico e o seu papel depende, em larga medida, da sua capacidade/competência para se fazer ouvir e respeitar junto dos políticos. Há AS que propõem medidas de política social que são assumidas pelos executivos municipais; há AS que concebem medidas por indicação

dos políticos; há AS que além de participarem na concepção também fazem parte da execução; e há AS que se limitam a executar, seja porque os decisores não lhes dão mais espaço do que o da operacionalização, seja porque os próprios também não se interessam ou não têm capacidade para mais do que a mera execução. **Não tenho dúvidas em afirmar que alguns AS têm tido papel de destaque na concepção de políticas sociais municipais, como não tenho dúvidas em afirmar, também, que muitos AS não passam de meros executores, como aliás, de uma forma geral, acontece com os técnicos de outras formações.**

4 – Na sua obra “conduire le développement social”, Philippe Mondolfo considera que o processo de territorialização das políticas sociais, permitirá uma nova oportunidade à afirmação profissional dos AS, ao proporcionar uma aproximação aos sujeitos e aos seus problemas, aproximação essa que ocorre de um modo não intrusivo para a vida das pessoas. Comente?

O processo de territorialização das políticas sociais pode (e deveria) ser uma mais valia para a afirmação profissional dos AS mas, do meu ponto de vista, essa afirmação profissional depende, antes de mais, da forma como os próprios e o meio entenderem o significado social da sua acção, isto é, da forma como trabalharem com e para as comunidades. A territorialização tem, genericamente, as vantagens próprias da proximidade: conhecimento directo dos problemas e dos rostos de quem os vive, actuação mais rápida e mais “à medida”, possibilidade de avaliação dos resultados “on going”, reformulação da intervenção... No entanto, **não é linear a relação territorialização/ afirmação dos AS/aproximação não intrusiva;** pelo contrário, por vezes a proximidade é favorecedora da “intrusividade”, porque os técnicos não olham para as comunidades como parceiros dos processos de mudança, mas sim como meros utentes/ destinatários finais da intervenção e esse é um problema que se coloca ao Serviço Social, seja em que contexto profissional for.

5 – A territorialização e focalização das políticas sociais, pode constituir-se como um processo de desfocalização, universal, dos direitos sociais. Tendo estes (direitos sociais) desempenhado um importante papel credibilizador na afirmação profissional dos AS, não lhe parece que este é um processo que pode levar a uma certa descaracterização profissional, pelo menos nos moldes em que o Estado de Bem Estar acabou por proporcionar?

Julgo que a **territorialização e a focalização das políticas sociais, por si só, não descaracterizam a profissão.** A par dos direitos sociais, de base universal, nunca deixaram de existir medidas de política mais focalizadas em função de determinadas problemáticas e de determinados grupos sociais, estas mais dependentes de conjunturas e contextos ideopolíticos e económicos; contudo, não podemos esquecer que, no quadro do desenvolvimento do Estado-providência, esta última vertente foi também encarada, em vários países, como direito social (o direito à assistência). Por isso, do meu ponto de vista, o problema principal está na correlação entre as duas vertentes: quando a componente universal é mais fraca por opções políticas, a tendência é a de focalização, mas uma focalização que se traduz em formas de intervenção pontual, limitadas a disponibilidades orçamentais que são residuais, que ignoram a dimensão preventiva que deve fazer parte da intervenção social. Apesar destes problemas – com os quais a profissão se debate actualmente em Portugal, como sabemos – eles não podem servir de desculpa para tudo e, mesmo em contextos de retração, **considero que os AS podem manter em níveis elevados a credibilização da profissão:** por um lado, optando pela defesa dos interesses dos cidadãos, denunciando publicamente as consequências das opções políticas em matéria social (preferencialmente através de órgãos de classe) ou utilizando todos os procedimentos possíveis dentro das organizações em que trabalham para dar conta dos problemas e propor soluções; por outro, demonstrando na sua prática quotidiana, de forma clara, que estão do lado dos cidadãos, sendo menos burocratas e procurando contornar, sempre que possível, os normativos que entravam ou contraem as possibilidades de ajuda a esses cidadãos.

6 – A territorialização dos programas e projetos sociais, não poderá levar a que o AS assente a sua ação numa lógica gerencial e de administração de serviços, contrariando uma análise transversal que inclua o sujeito da ação fomentando uma prática de desenvolvimento local?

Na mesma linha da resposta anterior, considero que o problema do “managerialismo” **não é exclusivo nem tem necessariamente que ter maior dimensão num cenário de territorialização.** Os AS podem, se quiserem e se forem competentes do ponto de vista técnico e ético-político, desenvolver a sua acção numa lógica de transversalidade, em que os cidadãos sejam o centro da intervenção. (O mesmo que para a pergunta anterior)

7 – No quadro de uma alteração do paradigma da forma de governação que parece afirmar-se em vários países e que tende a afastar-se do cariz “estadocêntrico”, sendo

substituído por uma vertente mais “sociocêntrica”, isto é, de maior envolvimento e responsabilização da sociedade civil, situação que de algum modo se faz sentir a nível dos municípios, que impactos e consequências, caso esse processo se venha a intensificar e generalizar em Portugal, poderá assumir numa reconfiguração do Serviço Social em contexto autárquico?

Julgo que a tendência a que se refere pode ter consequências negativas, caso se deixe nas mãos da sociedade civil a condução das respostas às necessidades sociais, tendo o Estado um papel residual. Contudo, **no que diz respeito especificamente ao contexto autárquico, considero que o modelo actual já é bastante “sociocêntrico”**(utilizando a sua expressão). Na verdade, dado que não estão transferidas competências para os municípios, os verdadeiros interlocutores do Estado na área da Acção Social local são as IPSS; por seu lado, as próprias autarquias também se apoiam nas organizações da sociedade civil, fundamentalmente nas IPSS, havendo até responsáveis políticos municipais que afirmam que são estas as entidades que “naturalmente” têm competência para a intervenção social (expressão de mais do que um autarca que eu entrevistei). Nessa medida, julgo que, para o Serviço Social autárquico, **a tendência a que se refere não originará mudanças com relevância, pois é praticamente o que está em vigor.** Mudança efectiva para o Serviço Social autárquico passaria, isso sim, pela assumpção de maiores responsabilidades pelos municípios, o que pressuporia: i) a descentralização de competências; ii) maior envolvimento político nos assuntos sociais (e não só em períodos eleitorais); iii) a participação dos AS em diferentes dimensões da intervenção: planeamento, concepção, avaliação e intervenção directa com pessoas e comunidades.

Anexo B - Quadro Sinopse da entrevista exploratória 1

Processo simplificado de análise de conteúdo (Guerra, 2006)

Entrevista 1

<p>Temáticas / Problemáticas</p> <p>(Guerra, 2006)</p>	<p>Excertos da entrevista</p> <p><i>Nota:</i> As frases a <i>itálico</i> indicam o bold dos entrevistados, enquanto as restantes apenas assinaladas a bold, referem-se a ideias consideradas importantes face aos objetivos da investigação</p>
<p>Continuidade/descontinuidade da ação dos AS nos municípios face a alterações das atribuições e competências</p>	<p>Perante este quadro, considero que, mais do que o quadro de competências, tem sido <i>o interesse dos autarcas e a pressão das populações</i> o principal motor da ação municipal no campo social”</p> <p>Não se pode encontrar um perfil único de profissional neste sector. Depende da sua formação, do nível de competências profissionais que detêm, do tipo de município em que trabalham, das prioridades que os políticos definem”</p> <p>“Na verdade, nem todos possuem tais competências, seja porque as escolas falharam nesse campo da formação, seja porque os próprios não se esforçam por as desenvolver”</p> <p>“Genericamente, de intervenção numa linha de continuidade, porquanto há novas exigências em termos de intervenção... Considero que, de facto, que mais do que continuidade há, na intervenção municipal, uma grande diversidade.”</p>
<p>Práticas de cariz assistencial (Ander-Egg, 1995) /Práticas desenvolvimentistas (Estivill, 2008)</p>	<p>“Considero que <i>não se pode falar, genericamente, de uma prática de cariz assistencial por parte dos AS.</i>”</p> <p>Os AS dos municípios são, essencialmente, técnicos de gabinete que pouco mais fazem do que propor apoios à atividade das IPSS ou fazer a gestão de medidas controladas pelo estado (CPCJ, Gabinetes de Inserção Profissional do IEFP, por exemplo).”</p>

	<p>Há alguns municípios onde a vertente assistencial é mais forte, outros em que a perspetiva de desenvolvimento social das populações e dos territórios é mais valorizada, outras, ainda, em que os municípios se limitam a apoiar – financeira e/ou logisticamente”</p> <p>E não há dúvida de que este tipo de medidas também é necessário, desde que não deixem de ser postas em prática medidas relacionadas com a dimensão do desenvolvimento das pessoas, das comunidades e dos territórios, em suma, medidas promotoras do desenvolvimento local.”</p>
<p>o papel dos AS na concepção de medidas de políticas sociais/papel predominantemente executivo</p>	<p>“Do que conheço das práticas dos AS nos municípios, há diversidade, não há um perfil do AS autárquico e o seu papel depende, em larga medida, da sua capacidade/competência para se fazer ouvir e respeitar junto dos políticos”</p> <p><i>“Não tenho dúvidas em afirmar que alguns AS têm tido papel de destaque na concepção de políticas sociais municipais”</i></p> <p>“Como não tenho dúvidas em afirmar, também, que <i>muitos AS não passam de meros executores, como aliás, de uma forma geral, acontece com os técnicos de outras formações.</i>”</p>
<p>territorialidade enquanto aproximação não intrusiva (Mondolfo,2008), como fator de afirmação profissional</p>	<p>“O processo de territorialização das políticas sociais pode (e deveria) ser uma mais valia para a afirmação profissional dos AS mas, do meu ponto de vista, essa afirmação profissional depende, antes de mais, da forma como os próprios e o meio entenderem o significado social da sua acção..”</p> <p>“A territorialização tem, genericamente, as vantagens próprias da proximidade: conhecimento directo dos problemas e dos rostos de quem os vive, actuação mais rápida e mais “à medida”, possibilidade de avaliação dos resultados “on going”, reformulação da intervenção...”</p> <p><i>“...não é linear a relação territorialização/ afirmação dos AS/aproximação não intrusiva; pelo contrário, por vezes a proximidade é favorecedora da “intrusividade”, porque os técnicos não olham para as comunidades como parceiros dos processos de mudança, mas sim como meros utentes/ destinatários finais da intervenção”</i></p>
<p>territorialidade e focalização das políticas sociais /desfocalização dos</p>	<p>“Julgo que <i>a territorialização e a focalização das políticas sociais, por si só, não descaracterizam a profissão.</i> A par dos direitos sociais, de base universal, nunca deixaram de existir medidas de política mais focalizadas em função de determinadas problemáticas e de determinados grupos sociais, estas mais</p>

<p>direitos sociais, como possibilidade de descaracterização profissional dos AS consolidada no período do Estado Social clássico (Portugal 1984 – 1996)</p>	<p>dependentes de conjunturas e contextos ideo-políticos e económicos; contudo, não podemos esquecer que, no quadro do desenvolvimento do Estado-providência, esta última vertente foi também encarada, em vários países, como direito social (o direito à assistência) ”.</p> <p>“...eles não podem servir de desculpa para tudo e, mesmo em contextos de retracção, considero que os AS podem manter em níveis elevados a credibilização da profissão: por um lado, optando pela defesa dos interesses dos cidadãos, denunciando publicamente as consequências das opções políticas em matéria social (preferencialmente através de órgãos de classe) ou utilizando todos os procedimentos possíveis dentro das organizações em que trabalham para dar conta dos problemas e propor soluções; por outro, demonstrando na sua prática quotidiana, de forma clara, que estão do lado dos cidadãos, sendo menos burocratas e procurando contornar, sempre que possível, os normativos que entram ou contraem as possibilidades de ajuda a esses cidadãos.”</p>
<p>possibilidade de territorialização acentuar práticas gerenciais</p>	<p>“...o problema do “managerialismo” não é exclusivo nem tem necessariamente que ter maior dimensão num cenário de territorialização...”</p> <p>Nota : o conceito “managerialismo” aponta para uma lógica gestonária separada da ideia de propriedade.</p>
<p>Impactos da matriz “sociocêntrica” (Porcel e Garcia, 2011) da “governança” (Díaz, 2011) no Serviço Social em contexto municipal</p>	<p>“...no contexto autárquico, considero que o modelo actual já é bastante “sociocêntrico”</p> <p>“...a tendência a que se refere não originará mudanças com relevância, pois é praticamente o que está em vigor.”</p>

Anexo C – Entrevista Exploratória 2

1 – De acordo com a sua experiência e o seu conhecimento na área em estudo, considera que as significativas alterações que a Lei das Atribuições e Competências dos Municípios tem sofrido, têm determinado uma reconfiguração da intervenção dos Assistentes Sociais (AS) integrados nos municípios portugueses desde 1974, ou pelo contrário, esses profissionais têm mantido a sua ação numa linha de alguma continuidade?

Sim. A evolução que nos últimos anos se verificou na Lei das Atribuições e Competências dos Municípios, a par de outras medidas legislativas, das quais destaco a criação do Rendimento Mínimo Garantido (atual Rendimento Social de Inserção) e a criação da Rede Social, foram fundamentais para alterar a configuração da intervenção social nos territórios e nos municípios e, por essa via, para reconfigurar a intervenção dos Assistentes Sociais.

Aquelas medidas transportam consigo princípios de intervenção como a subsidiariedade (é próximo das populações que se deve atuar de uma forma concertada, articulada e preventiva - territorialização da intervenção social), a articulação (a ação dos diferentes agentes com atividade num território deve ser articulada, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades) ou a integração (as intervenções devem ser integradas e multissetoriais para responder eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos da pobreza e exclusão social), que impelem os Assistentes Sociais, na sua ação, a focarem-se cada vez mais nos diversos subsistemas que contextualizam, caracterizam e condicionam as formas de exclusão social. O Assistente Social é alguém que deve ter, cada vez mais, competências de mediador

2 – Existe por vezes a perceção, de que os AS integrados nos municípios portugueses, têm desenvolvido uma prática de cariz assistencial, na linha do que Ander Egg considera como o “...conjunto de atividades...que têm por finalidade prestar ajuda a indivíduos e grupos necessitados social e/ou economicamente”, afastando-se assim de práticas mais estruturantes dos territórios, associadas à conceção de Desenvolvimento Local. Que comentário lhe merece esta afirmação no seu quadro de conhecimentos e das atribuições cometidas ao Serviço Social?

Por o que disse anteriormente e por aquilo que tem sido a minha experiência profissional, não concordo. É certo que as práticas assistencialistas existem e continuarão a existir nos municípios. A meu ver, nem faz sentido que deixem de existir por completo. O que eu penso é que elas não devem ser mais do que acessórias no contexto geral da intervenção dos municípios.

3 – Daquilo que conhece, entende que os AS integrados em municípios têm tido um papel de destaque na conceção das políticas sociais municipais, ou em contrapartida, têm-se limitado a desempenhar um papel predominantemente executor dessas mesmas políticas?

Daquilo que tem sido a minha experiência profissional, julgo que sim. A consolidação da intervenção em rede e de uma visão multidimensional na resposta aos problemas sociais exige, aos autarcas, a mobilização de competências técnicas na conceção das políticas sociais municipais. Nesse processo, os AS têm tido, sem dúvida, um papel de destaque.

4 – Na sua obra “conduire le développement social”, Mondolfo considera que o processo de territorialização das políticas sociais, permitirá uma nova oportunidade à afirmação profissional dos AS, ao proporcionar uma aproximação aos sujeitos e aos seus problemas, aproximação essa que ocorre de um modo não intrusivo para a vida das pessoas. Comente?

Como disse anteriormente, é um fato que a territorialização das políticas sociais traz novos desafios à intervenção social e ao papel dos AS. Os AS terão que se adaptar a este novo contexto e serem capazes de intervir ou mediar com outras dimensões que vão muito para lá da intervenção tradicional que, até não há muito tempo, era comum nas nossas instituições.

Esta nova abordagem, muito mais adequada, na medida em que promove a concertação entre instituições e áreas multidisciplinares, em resposta a problemas que são, também eles, multidimensionais, deve ter também associado o princípio da participação das pessoas a quem se destina a intervenção (*empowerment*). Constitui um grande desafio para os AS a promoção de práticas que favoreçam e estimulem esta participação.

5 – A territorialização e focalização das políticas sociais, pode constituir-se como um processo de desfocalização, universal, dos direitos sociais. Tendo estes (direitos sociais) desempenhado um importante papel credibilizador na afirmação profissional dos AS,

não lhe parece que este é um processo que pode levar a uma certa descaracterização profissional, pelo menos nos moldes em que o Estado de Bem Estar acabou por o proporcionar?

Não tem que ser necessariamente assim. A territorialização das políticas sociais não deve ser feita à margem ou ignorando os direitos sociais universais ou um necessário enquadramento mais global das políticas sociais.

A afirmação da territorialização das políticas sociais deverá ser feita num quadro onde as dimensões nacional e supranacional das políticas sociais continuam a ser fundamentais, num necessário enquadramento que assegura a coerência nas políticas sociais, independentemente das especificidades locais de cada território.

Aquilo que teremos que ser capazes de garantir é um equilíbrio e uma boa articulação entre as várias dimensões de conceção das políticas sociais: local, supralocal, nacional e supranacional. Não termos a tentação de valorizar demasiado o local relativamente às outras ou vice-versa. Todas as dimensões são igualmente importantes e cumprirão melhor o seu papel na medida em que se articularem melhor umas com as outras. Se valorizamos mais o nacional e menos o local na conceção das políticas sociais, corremos o risco de termos medidas pouco adequadas às especificidades territoriais diversas. O inverso também não é desejável. Valorizar mais o local, subalternizando as restantes dimensões, cria o risco de uma intervenção espartilhada, pouco coerente e desfocalizada de uma visão global dos problemas sociais.

O AS precisa de estar atento a este fenómeno e não perder de vista esta ideia que é muito bem sintetizada numa expressão muito utilizada no contexto das organizações do Desenvolvimento Local: Glocal – Pensar Global e Agir Local.

6 – A territorialização dos programas e projetos sociais, não poderá levar a que o AS assente a sua ação numa lógica gerencial e de administração de serviços, contrariando uma análise transversal que inclua o sujeito da ação fomentando uma prática de desenvolvimento local?

Julgo que respondi a esta questão em respostas anteriores.

7 – No quadro de uma alteração do paradigma da forma de governação que parece afirmar-se em vários países e que tende a afastar-se do cariz “estadocêntrico”, sendo

substituído por uma vertente mais “sociocêntrica”, isto é, de maior envolvimento e responsabilização da sociedade civil, situação que de algum modo se faz sentir a nível dos municípios, que influencia poderá essa alteração determinar, e caso se venha a intensificar e generalizar em Portugal, que impactos, ou consequências poderá assumir numa reconfiguração do Serviço Social em contexto autárquico?

Em relação ao Serviço Social nas autarquias, julgo que o processo de reconfiguração não começa agora. Começou há alguns anos, com a criação das tais medidas (Rede Social, Rendimento Mínimo Garantido, etc), que colocaram as autarquias no centro do planeamento da intervenção social ao nível dos territórios e que exigiram aos profissionais novas abordagens perante os problemas.

Nestes processos evolutivos, o problema que nós temos é sempre passar de 8 a 80. O sistema de políticas sociais não pode incorrer no erro de passar de um extremo a outro, isto é, do excesso de estado central para o excesso de municipalismo ou localismo. Como fundamentei atrás, o fator crítico de sucesso estará num equilíbrio entre as diferentes dimensões. A territorialização do sistema de políticas sociais a que assistimos nos últimos anos no nosso país fez sentido, porque tínhamos um sistema desequilibrado, demasiado central. Convém que não criemos um novo desequilíbrio, tornando o sistema demasiado local (desfocalizado das políticas sociais globais).

Anexo D - Quadro Sinopse da entrevista exploratória 2

Processo simplificado de análise de conteúdo (Guerra, 2006)

Entrevista 2

<p>Temáticas / Problemáticas</p> <p>(Guerra, 2006)</p>	<p>Excertos da entrevista</p> <p>Nota: As frases a <i>itálico</i> indicam o bold dos entrevistados, enquanto as restantes apenas assinaladas a bold, referem-se a ideias consideradas importantes face aos objetivos da investigação</p>
<p>Continuidade/descontinuidade da ação dos AS nos municípios face a alterações das atribuições e competências</p>	<p>- “Sim. A evolução que nos últimos anos se verificou na Lei das Atribuições e Competências dos Municípios, a par de outras medidas legislativas, das quais destaco a criação do Rendimento Mínimo Garantido (atual Rendimento Social de Inserção) e a criação da Rede Social, foram fundamentais para alterar a configuração da intervenção social nos territórios e nos municípios e, por essa via, para reconfigurar a intervenção dos Assistentes Sociais.”</p> <p>- Aquelas medidas transportam consigo princípios de intervenção como a subsidiariedade...a integração...que impelem os Assistentes Sociais, na sua ação, a focarem-se cada vez mais nos diversos subsistemas que contextualizam, caracterizam e condicionam as formas de exclusão social. O Assistente Social é alguém que deve ter, cada vez mais, competências de mediador”</p>
<p>Práticas de cariz assistencial (Ander-Egg, 1995) /Práticas desenvolvimentistas (Estivill, 2008)</p>	<p>-“... não concordo. É certo que as práticas assistencialistas existem e continuarão a existir nos municípios. A meu ver, nem faz sentido que deixem de existir por completo. O que eu penso é que elas não devem ser mais do que acessórias no contexto geral da intervenção dos municípios.”</p>
<p>Papel dos AS na conceção de medidas de políticas sociais/papel predominantemente executivo</p>	<p>-“... julgo que sim”</p>
<p>Territorialidade enquanto aproximação não</p>	<p>- “...a territorialização das políticas sociais traz novos desafios à intervenção social e ao papel dos AS. Os AS terão que se adaptar a este novo contexto e serem capazes de intervir ou mediar com outras dimensões que vão muito para lá da intervenção tradicional que, até não há muito tempo, era comum nas nossas</p>

<p>intrusiva (Mondolfo,2008), como fator de afirmação profissional</p>	<p>instituições.”</p> <p>- “Constitui um grande desafio para os AS a promoção de práticas que favoreçam e estimulem esta participação.”</p>
<p>Territorialidade e focalização das políticas sociais /desfocalização dos direitos sociais, como possibilidade de descaracterização profissional dos AS consolidada no período do Estado Social clássico (Portugal 1984 – 1996)</p>	<p>- “Não tem que ser necessariamente assim. A territorialização das políticas sociais não deve ser feita à margem ou ignorando os direitos sociais universais ou um necessário enquadramento mais global das políticas sociais.”</p> <p>- “Aquilo que teremos que ser capazes de garantir é um equilíbrio e uma boa articulação entre as várias dimensões de conceção das políticas sociais: local, supralocal, nacional e supranacional. Não termos a tentação de valorizar demasiado o local relativamente às outras ou vice-versa. Todas as dimensões são igualmente importantes e cumprirão melhor o seu papel na medida em que se articularem melhor umas com as outras.”</p>
<p>Possibilidade de territorialização acentuar práticas gerenciais</p>	<p>- “Julgo que respondi a esta questão em respostas anteriores.”</p>
<p>Impactos da matriz “sociocêntrica” (Garcia e Porcel 2011) da “governança” (Díaz, 2011) no Serviço Social em contexto municipal</p>	<p>- “Em relação ao Serviço Social nas autarquias, julgo que o processo de reconfiguração não começa agora. Começou há alguns anos, com a criação das tais medidas (Rede Social, Rendimento Mínimo Garantido, etc), que colocaram as autarquias no centro do planeamento da intervenção social ao nível dos territórios e que exigiram aos profissionais novas abordagens perante os problemas.”</p> <p>- “Nestes processos evolutivos, o problema que nós temos é sempre passar de 8 a 80. O sistema de políticas sociais não pode incorrer no erro de passar de um extremo a outro, isto é, do excesso de estado central para o excesso de municipalismo ou localismo. Como fundamentei atrás, o fator crítico de sucesso estará num equilíbrio entre as diferentes dimensões. A territorialização do sistema de políticas sociais a que assistimos nos últimos anos no nosso país fez sentido, porque tínhamos um sistema desequilibrado, demasiado central. Convém que não criemos um novo desequilíbrio, tornando o sistema demasiado local (desfocalizado das políticas sociais globais).”</p>

Anexo E – Guião do Inquérito Exploratório

(Enviado por correio eletrónico acompanhado de texto introdutório)

1 - Município de : _____	1.1 endereço eletrónico: _____
1.2 Distrito _____	

2 – Esse município tem algum Assistente Social ao seu serviço: (Assinale a resposta com um X) 2.1 Sim _____ 2.2 Não _____
Se respondeu Não, é favor não responder a qualquer outra questão. Devolver para: mc.bento@iol.pt – Obrigado pela sua colaboração.

3 – Quanto Assistentes Sociais tem esse município ao seu serviço: (Assinale a resposta com um x)
1 ___ ; 2 – 4 ___ ; 5 -7 ___ ; 8-10 ___ ; +10 ___

4 - Unidades Orgânicas a que estão afetos os Assistentes Sociais desse município (Departamento, Divisão, Núcleo, Gabinete, Serviço, etc.)	4.1-Nº.de Assistentes Sociais em cada Unidade Orgânica	4.2-Nível de Formação Académica dos Assistentes Sociais de cada Unidade Orgânica	4.3-Instituição de Formação (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)	4.4-Área de formação do responsável máximo pela Unidade Orgânica (Não considerar eleitos)

De modo a facilitar um eventual contacto na segunda fase da recolha de dados da presente investigação, o que desde já se agradece, indique:
Nome da pessoa a contactar (Facultativo) _____
Função / Cargo _____
Contacto mail: _____ Contactos telefónicos: _____ / _____ / _____
Devolver para: mc.bento@iol.pt – Obrigado pela sua colaboração.

Anexo F – Síntese dos resultados do inquérito exploratório efetuado a todos (278) municípios portugueses do continente

Município	Tem AS	Nº. AS	Não tem AS	Grau académico dos AS	Universidade / Instituto Formação dos AS	Designação das Unidades Orgânicas onde AS desenvolvem a sua atividade	Área de formação do responsável pela Unidade Orgânica
Águeda	x	4		- Lic – 4 (1 Mest.)	ISMT – 4 (Mest. ISMT)	Departamento de Desenvolvimento Local . Divisão de Ação Social e Saúde	Planeamento Regional e Urbano
Aguiar da Beira	x	1		- Lic - 1	ISBB - 1	. Divisão Socio Cultural	NR
Aljezur			x				
Almodôvar	x	3		- Lic - 3	ISSSBeja - 3	. Divisão de Ação Social, Educação e Cultura	Depende diretamente eleito local
Alpiarça			x				
Barreiro	x	3		- Lic - 3	ISSSLisb.- 2 U Losóf. - 1	. Divisão de Intervenção Social	Ciências Sociais
Beja	x	7		- Lic - 7	ISSSBeja – 6 ISSSCoimb. - 1	. Gabinete Desenvol. Social – 6 . Divisão Educativa - 1	Serv. Social Educação
Carregal do Sal	x	2		- Lic - 2	ISMT - 2	Divisão de Administração Geral . Unidade de Educação, Desporto e Ação Social	Administração Regional e Autárquica
Cartaxo	x	2		- Lic - 2	ISSSCoimb-1 UCatólica -1	Departamento de Qualidade de vida . Divisão de Desenvolvimento Social	Dependência Direta eleito local
Castro Verde	x	2		- Lic - 2	ISSSBeja - 2	. Divisão de Ação Social, Cultura e Desporto	Informática
Castro Marim	x	2		- Lic - 2	ISSSBeja – 1 UTLisboa - 1	. Divisão de Educação, Ação Social e Int. Comunitária	Humanidades
Coimbra	x	20		-Lic – 20 (1 Mestr)	ISSSCoimb-7 ISMT- 6 ISBB – 6 ISSSLisb -1 (Mest- Universidade Nova Lx)	. Dep. Habitação – 1 . Dep. Rec. Humanos -1 . Divi. Bibliotecas-1 . Divisão de Desenvol. Social e Família – 7 . Divisão de Gestão Social – 6 . Divisão de Juventude-1 . Gabint. Centro Histórico – 1 . Divisão Educativa - 1	NR

Condeixa-a-Nova	x	1	-Lic-1	ISMT - 1	.Divisão de Ação Social e Saúde	NR
Constância		x				
Cuba	x	1	- Lic - 1	ISSSBeja - 1	.Divisão de Ação Social	Depende diretamente eleito local
Espinho	x	2	- Lic-2 (1 Mes)	ISBB – 1 ISSSPorto -1 (Mest. ISMT)	. Divisão de Ação Social Intergeracional e Saúde	SS
Esposende	x	2	- Lic -2	ISSSPorto - 2	. Serviço de Ação Social-1 . Seviço de Hab. Social-1	SS SS
Évora	x	5	- Lic - 5	NR	-Departamento Intervenção Social e Educação . Divisão de Ação Social e Juventude-3 .Divisão de Acção Cultural - 2	SS SS
Faro	x	5	- Bach-1 - Lic - 4	NR	.Divisão de Ação Social	Sociologia
Felgueiras	x	2	-Lic - 2	ISSSPorto-2	.Departamento de Educação e Socio - Cultural	Ciências da Educação
Ferreira do Zézere	x	1	-Lic - 1	ULusófona-1	.Serviço de Ação Social	Sociologia
Guimarães	x	7	-Lic- 7	ISSSCoimbra – 2 U.Fernando Pessoa -1 UCatólica - 1 ISSSPorto-3	Divisão de Ação Social	Psicologia
Lagos	x	3	- Lic -3	ISSSBeja -1 ISSSLisboa-1 ISSSPorto - 1	Divisão de Educação, Comunicação e Cultura (Unidade Técnica de Habitação e Acção Social-3)	Comunicação Social
Leiria	x	3	-Lic -3	IPLeiria-1 ISSSLisboa-1 ISSSCoimbra-1	Divisão de Assuntos Sociais	SS
Lousada	x	4	- Lic-4	ISSSPorto-3 UAberta-1	.Divisão de Ação Social	Educação
Mangualde	x	1	-Lic -1 (Mest)	ISSSLisboa-1 (IPViseu-Mestr)	.Divisão de Ação Social e Saúde	NR
Marinha Grande	x	2	-Lic-2	ISMT-2	Divisão de Educação Desporto e Intervenção Social	NR

Marvão							x
Mértola	x	3	-Lic-3	ISSSBeja-3	Gabinete de Desenvolvimento Social	Investigação Social Aplicada	
Miranda do Corvo	x	2	-Lic-2	ISSSCoimbra-2	.Serviço de Ação Social	SS	
Mogadouro	x	1	-Lic-1	ISSSPorto-1	Cultura	SS	
Monção	x	1	-Lic-1	ISSSPorto-1	.Divisão de Educação, Ação Social e Desporto	Planeamento Regional e Urbano	
Monforte							x
Montemor-o-Novo	x	3	-Lic-3	NR	Divisão de Ação Social, Saúde e Educação	Gestão Autárquica	
Montijo	x	3	-Lic-3	ISSSLisboa-3	.Divisão de Habitação-1 .Divisão de Solidariedade e Promoção da Saúde-2	História Sociologia	
Oleiros	x	3	-Lic-3	ISSSLisboa-1 IPCast.Branco-2	.Gabinete de Ação Social -1 . Gabinete de Inserção Social-2	NR	
Oliveira de Frades	x	1	-Lic-1	NR	.Gabinete de Ação Social	NR	
Paredes de Coura							x
Pedrógão Grande							x
Penamacor							x
Penela	x	2	-Lic-2	NR	.Divisão de Cultura e Ação Social	Educação Social	
Ponte da Barca							x
Portalegre	x	4	-Lic-4	ISSSLisboa-3 IPPortalegre-1	.Departamento de Assuntos Sociais, Educação e Desporto	SS	
Portel	x	1	-Lic-1	ISSSBeja-1	.Divisão de Desenvolvimento Económico e Social	Psicologia	
Portimão	x	13	-Lic-7 (Mest-1)	ISMT-3 ISBB-2 UCatólica-2 UAçores-1	Divisão de Educação	Sociologia	

				(Mest-ISMT-1)		
			-Lic-5		Divisão de Ação Social e Saúde	SS
				ISSSBeja-1		
				ISSSLisboa-1	Divisão de Habitação	
			-Lic -1	UCatólica-2		Engenharia
				ISSSLisboa-1		
Redondo	x	1	-Lic-1	IPPortalegre-1	.Divisão Sociocultural (Gabinete de Ação Social)	Sociologia
Régua	x	1	-Lic-1	ISSSPorto-1	.Divisão Desenvolvimento Social (Gabinete de Ação Social e Educação)	Educação Física
Ribeira de Pena	x	1	-Lic-1	ISSSPorto-1	Divisão de Desenvolvimento Social e Relações Públicas	NR
S.Pedro do Sul	x	1	-Lic-1 (Pós Grad.)	ISSSLisboa-1	Divisão de Cultura , Desporto e Ação Social	Engenharia
Sabrosa		x				
Salvaterra de Magos	x	2	-Lic-2	ISSSLisboa-1 UCatólica-1	Divisão de Ação Social e Cultural	SS
Santarém	x	4	-Lic-4	ISSSLisboa-4	Divisão de Ação Social Divisão de Educação Projeto Casa Solidária	SS
Santiago do Cacém	x	2	-Lic-2	ISSSLisboa-2	Divisão de Ação Social e Saúde - 1 Divisão de Cultura e Desporto	SS NR
Sardoal	x	2	-Lic-2	IPCast.Branco-2	Serviço de Ação Social	Sociologia
Sátão	x	1	-Lic-1	ISSSCoimbra-1	NR	SS
Stª. Marta de Penaguião		x				
Tavira	x	1	-Lic-1	ISSSBeja-1	Divisão de Ação Social	Teologia
Terras de Bouro		x				

Tomar	x	2	-Lic-2	ISSSCoimbra-1 ISMT-1	Divisão de Educação e Ação Social	Educação
Tondela	x	2	- Lic – 3 (Mestr-2)	ISMT-2 ISSSLisboa-1 (Mestr. ISMT)	Departamento de Educação, Desporto, Cultura, Comunicação, Juventude, Turismo e Ação Social	SS
Trofa	x	4	-Lic-4	ISSSPorto-3 UMinho-1	Divisão de Ação Social e Saúde	SS
Vale Cambra	x	2	-Lic-2 (Pós Grad.)	ISSSPorto-2	Divisão de Ação Social e Educação -1 Divisão de Cultura, Desporto, Turismo Social e Educação-1	SS História
Valença	x	1	-Lic-1	ISSSPorto-1	Unidade de Educação e Ação Social	SS
Valpaços	x	2	-Lic-2	ISSSPorto-1 ISSSCoimbra-1	Divisão de Ação Social, Cultura e Desporto	NR
Vidigueira	x	1	-Lic-1	ISSSBeja-1	Serviço de Ação Social, Saúde e Habitação	Recursos Humanos
Vila de Rei	x	1	- Lic-1	UCatólica-1	Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto	NR
Vila Nova de Cerveira	x	1	-Lic-1	ISSSPorto-1	Divisão de Desenvolvimento Social, Humano e Cultural	Antropologia
Vila Nova de Paiva		x				
Vila Nova de Poiares	x	3	-Lic-3	NR	NR	NR
Vila Real	x	3	-Lic-3	ISSSPorto-1 UFPessoa-2	Divisão de Ação Social e Saúde	Sociologia
Vimioso	x	1	-Lic-1	UTAD-1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social	Economia
Viseu	x	3	-Lic-3	ISMT-2 ISSSPorto-1	Gabinete de Ação Social, Solidariedade e Família-2 Gabinete de Educação-1	SS SS
Vª. Real Stº. António	x	1	-Lic-1	ISSSBeja-1	Divisão de Ação Social	NR

Anexo G – Guião do Inquérito (Amostra)

Inquérito a aplicar a Assistentes Sociais

O presente inquérito é parte integrante de uma investigação que está a ser desenvolvida no âmbito do Programa de Doutoramento em Serviço Social no ISCTE-IUL, tendo como objeto de estudo a prática profissional dos Assistentes Sociais (AS) integrados nos municípios portugueses do continente.

A recolha, utilização e divulgação dos dados resultantes do presente inquérito, obedece a todas as normas legais em vigor, nomeadamente de confidencialidade.

Forma de preenchimento: As maiorias das perguntas devem ser respondidas com a inscrição de um **X** à frente da opção escolhida pelo respondente, sendo que nalgumas das questões existe a possibilidade de opção por mais do que uma hipótese e, noutras, indicação da prioridade (1^a; 2^a. 3^a....), apresentando-se no entanto em cada uma das situações, informação quanto ao procedimento pretendido.

I - Caracterização do respondente e da unidade orgânica

1 – Grau académico do respondente (assinale com um x)

1.1 – Licenciado ____

1.2 – Mestre ____

1.3 – Doutoramento ____

2 – Caracterização das funções desenvolvidas pelo respondente (assinale com um x)

2.1 . Funções exclusivas de Direção/Chefia ____

2.2 – Funções executivas e de Direção/Chefia ____

2.3 – Funções executivas ____

2.4 – Designação da unidade orgânica de que é responsável ou onde o AS se enquadra

Designação: _____

3 – Enquadramento das funções desempenhadas (assinale com um x)

3.1 – Diretor Departamento ____

3.2 – Chefe de Divisão ____

3.3 – Chefe de Núcleo ____

3.4 – Responsável Gabinete ____

3.5 – Gabinete de Apoio aos Eleitos ____

3.6 – Técnico Superior (AS) ____

3.7 – Outra ____

II – O Serviço Social no município e enquadramento da ação dos AS

1 – Distribuição dos AS na estrutura orgânica do município, vínculo e tipologia de funções

Designação das Unidades orgânicas do Município que enquadram AS	Nº. de AS por cada uma das unidades orgânicas e tipo de vínculo (Ex. Nomeação; contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; contrato de trabalho a termo certo; comissão de serviço)	Tipo de funções predominantes exercidas pelos AS em cada uma das unidades orgânicas (Planeamento; execução; gestão; avaliação; todas as referidas)
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	
	Nº. AS ____ Tipo vínculo:	

2 – Áreas específicas onde os AS desenvolvem a sua atividade nesse município

(assinale com um x todas as hipóteses que considerar adequadas):

- 2.1 – Ação social ____
- 2.2 – Educação ____
- 2.3 – Saúde ____
- 2.4 -Habitação/Habitação Social ____
- 2.5 - Intervenção Comunitária (Projetos / ações de desenvolvimento local) ____
- 2.6 - Rede Social ____
- 2.7 – NLI - Núcleo Local de Inserção ____
- 2.8 – Juventude ____
- 2.9 - Terceira idade ____
- 2.10 – Planeamento ____
- 2.11 – Assistência (Programas alimentares/lojas sociais/apoios saúde, etc.) ____
- 2.12 - Outras áreas: ____

Quais?

3 – Em regra, de quem parte a iniciativa da criação/definição dos apoios sociais a conceder pelo município a cidadãos a título individual e/ou a entidades:

(assinale com um x todas as hipóteses que considerar adequadas):

- 3.1 - Do órgão executivo do município (Câmara Municipal) ____
- 3.2 - Do Presidente da Câmara ____
- 3.3 - Do Vereador da área respetiva ____
- 3.4 - Do responsável máximo da Unidade Orgânica (quando não é AS) ____
- 3.5 – Do AS ____
- 3.6 - Do órgão deliberativo do Município (Assembleia Municipal) ____
- 3.7 - Da Rede Social ____
- 3.8 – Do NLI – Núcleo Local de Inserção ____
- 3.9- De grupos de pressão locais (Partidos, Sindicatos, estruturas religiosas, movimentos de voluntariado, entre outros) ____
- 3.10 - De entidades regionais/nacionais ____

3.11 - A partir de todas as hipóteses assinaladas ____

3.12 - Outras origens:

Quais:

4 – Ao nível da autonomia de participação/intervenção dos AS desse município e utilizando uma escala entre 10 (autonomia total) e 0 (ausência de qualquer autonomia), como classifica as situações que se seguem e tendo em conta apenas a sua experiência profissional enquanto AS e/ou dirigente:

(Assinale com um X)

Variáveis /Nível de autonomia	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
4.1 - Participação na definição das linhas de orientação estratégica do município a nível dos principais instrumentos de planeamento (PDM, PU(s), PP(s), Carta Educativa , Carta Social, Diagnóstico Social do Concelho, outros)											
4.2 - Participação na definição da orientação estratégica, no tocante ao domínio da proteção social, levado a cabo pelo município											
4.3 – Proposta de novos instrumentos de política social											
4.4 – Proposta de alteração aos instrumentos de política social já existente											
4.5 – Proposta para aprovação de apoios pontuais a municípios e entidades											

5 – Considerando os períodos que se apresentam, e ainda o conjunto de áreas de intervenção específica que se enunciam na grelha seguinte, indique três das referidas áreas que prioritariamente foram alvo de uma maior participação/intervenção profissional por parte dos AS desse município

Períodos /Prioridades	1ª. Prioridade	2ª. Prioridade	3ª. Prioridade
1974 - 1986			
1987 - 1997			
1998 - 2014			

Áreas de intervenção para preenchimento da Grelha da questão anterior

Emprego/Formação	Rede Social	Planeamento	Intervenção com idosos e outros grupos específicos (toxicodependentes, jovens em risco,...)
RMG/RSI	Saúde	Elaboração/Revisão do Diagnóstico Social do Concelho	Programas de natureza assistencial (lojas sociais, bancos de roupas, bancos de medicamento...)
Habitação/Habitação Social	CPCJ	Atendimento a indivíduos e famílias	Educação, infância, juventude

Projetos de intervenção comunitária /Ações de desenvolvimento local	Intervenção com minorias étnicas e/ou religiosas	Assessoramento de políticos e chefias	Outras áreas

6 – Qual o nível de intervenção que os AS têm desenvolvido nesse município.

(assinale com um x todas as hipóteses que considerar adequadas):

6.1 – **Nível Macro - Funções de Planeamento e Gestão** (Proposta e elaboração de medidas de política social do próprio município – Ex. Regulamentos de Atribuição de Bolsas Estudo, Habitações, entre outros instrumentos) ____

6.2 – **Nível Meso** - Funções de proximidade ao cidadão na ligação/mediação com outros agentes da comunidade (pode escolher mais do que uma opção) ____

6.2.1- Misericórdias ____

6.2.2- IPSS(s) ____

6.2.3- Mutualidades ____

6.2.4- Outras associações ____

6.2.5- Empresas ____

6.2.6- Juntas de Freguesia ____

6.2.7- Organismos oficiais (IEFP, Instituto Segurança Social, etc) ____

6.2.8- Outros agentes ____

6.3 – **Nível Micro - Funções executivas** no atendimento/apoio a munícipes, sobretudo no domínio da Ação Social ____

7- Classifique o grau de envolvimento dos AS do município na proposta de criação de medidas de proteção social ou de respostas sociais de nível municipal (10 é muito envolvido e 0 nada envolvido)

(Assinale com um X)

Medidas de proteção social ou respostas sociais de nível municipal /grau de envolvimento dos AS	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Atribuição de bolsas de estudo											
Programas de apoios educativos											
Programas de atribuição de fogos											
Programas de melhoramentos habitacionais											
Programas de apoio a particulares e estruturas sociais											
Programas na área da saúde											
Programas na área da terceira idade											
Programas na área da assistência social (Lojas											

sociais, Bancos de Ajudas Técnicas, outros)											
Outro:											

8 - Classifique o grau de envolvimento dos AS do município na conceção das medidas de proteção social ou de respostas sociais de nível municipal, em que 10 é revelador de uma participação intensa e 0 de uma participação nula

(Assinale com um X)

Medidas de proteção social ou respostas sociais de nível municipal /grau de envolvimento de AS	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Regulamento de atribuição de Bolsas de Estudo											
Regulamento/Programas de Apoios Educativos											
Regulamento/Programas de Atribuição de fogos											
Regulamento/Programas de Melhoramentos Habitacionais											
Regulamentos/Programas de Apoio a particulares e estruturas sociais											
Regulamentos/Programas na área da saúde											
Regulamentos/Programas na área da terceira idade											
Regulamentos/Programas na área da assistência social (Lojas sociais, Bancos de Ajudas Técnicas, outros)											
Outro :											

9- Quais as áreas com que o AS/dirigente respondente deste inquérito mais regularmente interage (para concretizar as suas funções) no contexto da estrutura municipal (Escolha apenas 3 opções, com indicação de 1ª, 2ª. e 3ª.)

- 9.1- Eleitos locais ____
- 9.2- Estrutura de apoio aos eleitos locais ____
- 9.3 -Área do apoio jurídico ____
- 9.4- Área da habitação e ordenamento do território ____
- 9.5- Área do desenvolvimento socioeconómico ____
- 9.6- Área da ação social ____
- 9.7- Área da saúde ____
- 9.8-Área da educação ____
- 9.9-Área do desporto e cultura ____
- 9.10- Área de obras municipais ____
- 9.11-Área de apoio administrativo ____
- 9.12 -Área financeira ____

9.13-Área de provisionamento ____

9.14- Outras áreas ____

III – A prática profissional – Potencialidades e desafios da ação dos AS em contexto municipal

1 – Relativamente às dimensões teórica, técnica e ético - política da sua formação em Serviço Social, qual a importância que atribui a cada uma delas para a sua prática profissional enquanto AS e/ou dirigente nesse município (10 sinónimo de muito relevante e 0 nada relevante)

(Assinale com um X)

Dimensão	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Teórica (História, modelos, teorias, correntes do pensamento...)											
Técnica (Instrumentos de recolha e análise de dados, estratégias, normas legais, metodologias...)											
Ético – Política (Ética, deontologia, articulação entre as necessidades e empenhamento em propostas de ação para as superar)											

2 – Como considera que os políticos do município (eleitos e estrutura de apoio nomeada) valorizam cada uma das situações que se seguem no âmbito da sua atividade enquanto AS e/ou dirigente (10 é sinónimo de máxima valorização e 0 de valorização nula)

(Assinale com um X)

Situações	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Apresentação de propostas de medidas											
Capacidade para estabelecer relações de parceria											
Elaboração e coordenação de diagnósticos de necessidades											
Relação e diálogo de proximidade com as populações, serviços...											
Estabelecimento de redes de intervenção que melhoram a eficácia das medidas ou respostas sociais locais											
Promoção e envolvimento da sociedade civil na criação de respostas sociais											
Valorização da participação do cidadão ao nível local											
Inovação na rentabilização dos recursos locais											

3 – Comparativamente com outros técnicos superiores e chefias do município, como classificaria a importância que os políticos do município (eleitos e estrutura de apoio nomeada), atribuem ao conjunto dos seus conhecimentos:

(Assinale com um X)

- Maior importância____
- Igual importância____
- Menor importância____

4 – No domínio do conhecimento e relativamente às Unidades Curriculares / Ciências que se seguem, quais as que considera mais úteis para a prática profissional dos AS desse município (10 grande utilidade e 0 nenhuma utilidade)

(Assinale com um X)

Domínios do conhecimento	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
História											
Demografia											
Políticas Sociais											
Matemática e estatística											
Psicologia											
Gestão											
Sociologia											
Direito											
Antropologia											
Métodos e técnicas de investigação											
Métodos e técnicas de intervenção											
Economia											
Saúde											
Serviço Social											
Intervenção comunitária											
Outras:											

5 – Considerando aquilo que é o perfil genérico da formação em Serviço Social no nosso país, e ainda o leque de atribuições dos municípios legalmente consagradas no artº. 3º. da Lei Nº. 75/2013, em seu entender, quais as atribuições onde os AS estão melhor preparados para intervir com uma maior competência (Escolha todas as opções que entender, embora com indicação da prioridade – 1º., 2º., 3º....)

- 5.1- De consulta_____
- 5.2- De planeamento_____
- 5.3-De investimento_____

5.4-De gestão_____

5.5-De licenciamento e controlo prévio_____

5.6-De fiscalização_____

5.7 – Outras atribuições (Ex. Diagnóstico, dinamização de comunidades em processos de desenvolvimento local, assessoria, avaliação...)

Especifique:

6 – Dessas mesmas atribuições, quais os campos de intervenção onde considera que a formação em Serviço Social é mais adequada à intervenção do AS (Escolha todas as opções que entender, embora com indicação da prioridade – 1º., 2º., 3º....)

6.1 - Equipamento rural e urbano_____

6.2 – Energia_____

6.3 - Transportes e comunicações_____

6.4 – Educação_____

6.5 - Património, cultura e ciência_____

6.6- Tempos livres e desporto_____

6.7– Saúde_____

6.8- Acção social_____

6.9– Habitação_____

6.10 - Protecção civil_____

7.11 - Ambiente e saneamento básico_____

7.12-Defesa do consumidor_____

6.13- Promoção do desenvolvimento_____

6.14- Ordenamento do território e urbanismo_____

6.15-Polícia municipal_____

6.16- Cooperação externa_____

7– Com base na sua experiência, entende que os AS poderiam ser potenciados noutros domínios mais específicos de intervenção a nível municipal?

7.1 – Não ____

7.2 – Sim ____

7.2.1. – Se sim, responda quais:

(Assinale com um x todos os domínios e tipologias de intervenção que considerar)

Domínios de intervenção	Planeamento	Execução	Avaliação
Ambiente			
Ações de recuperação de áreas urbanas degradadas e/ou de génese ilegal			
Reconversão de áreas urbanas multiproblemáticas			
Reconversão de áreas rurais multiproblemáticas			
Gestão/qualificação dos recursos humanos dos municípios			
Dinamização de projetos multissetoriais de desenvolvimento local			
Outros domínios:			

8– Relativamente à atribuição, “Promoção do desenvolvimento”, tal como esta consta do artº. 23º. da citada Lei 75 - 2013, e considerando aquilo que é o perfil genérico da formação em Serviço Social, refira em que domínio ou domínios se pode destacar mais a ação/intervenção do AS. (Escolha todas as opções que entender, embora com indicação da prioridade – 1º., 2º., 3º....)

8.1 – Intervindo diretamente, sensibilizando/dinamizando, todas as estruturas socioeconómicas do território concelhio, para ações promotoras do desenvolvimento_____

8.2 – Intervindo diretamente, sensibilizando/dinamizando, todas as estruturas sociais (Misericórdias, Fundações, IPSS (s), outras), do território concelhio para ações promotoras do desenvolvimento) _____

8.3 – Apoiando (sem intervenção direta no terreno) outros técnicos do município na sensibilização e dinamização de ações municipais de promoção do desenvolvimento_____

8.4 – Outro tipo de intervenção:

Especifique:

9– Relativamente ao conteúdo funcional definido para a carreira de Técnico Superior de Serviço Social nas autarquias locais, expresso no Despacho nº 5651/2004, 2ª Série, DR nº 70 de 23 de Março de 2004, e que a seguir se transcreve, como classifica o mesmo

Carreira de técnico superior de serviço social

Exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, inerentes à respetiva licenciatura, inseridas, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade:

- Colaboração na resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades, provocados

por causas de ordem social, física ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e externos, utilizando o estudo, a interpretação e o diagnóstico em relações profissionais, individualizadas, de grupo ou de comunidade;

- Detecção de necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades; estudo, conjuntamente com os indivíduos, das soluções possíveis do seu problema, tais como a descoberta do equipamento social de que podem dispor, possibilidade de estabelecer contactos com serviços sociais, obras de beneficência e empregadores; colaboração na resolução dos seus problemas, fomentando uma decisão responsável;

- Ajuda os indivíduos a utilizar o grupo a que pertencem para o seu próprio desenvolvimento, orientando-os para a realização

de uma ação útil à sociedade, pondo em execução programas que correspondem aos seus interesses;

- Auxílio das famílias ou outros grupos a resolverem os seus próprios problemas, tanto quanto possível através dos seus próprios

meios, e a aproveitarem os benefícios que os diferentes serviços lhes oferecem;

- Tomada de consciência das necessidades gerais de uma comunidade e participação na criação de serviços próprios para

as resolver, em colaboração com as entidades administrativas que representam os vários grupos, de modo a contribuir para

a humanização das estruturas e dos quadros sociais;

- Realização de estudos de carácter social e reunião de elementos para estudos interdisciplinares;

- Realização de trabalhos de investigação, em ordem ao aperfeiçoamento dos métodos e técnicas profissionais;

- Aplicação de processos de atuação, tais como entrevistas, mobilização dos recursos da comunidade, prospeção social, dinamização de potencialidades a nível individual, interpessoal e intergruppal.

(Escolha apenas umas das opções com utilização de um x)

9.1 - Traduz em traços gerais o que é a atividade geral dos AS nos municípios___

9.2 – Contempla os elementos mínimos daquela que é a atividade geral dos AS nos municípios portugueses, mas não compreende a totalidade dessa mesma atividade___

9.3 - Afasta-se bastante da atividade geral que os AS desenvolvem nos municípios portugueses___

10– “A territorialização das políticas sociais, que, entre outras dimensões, passa pela criação de mecanismos de proteção social por parte dos municípios, desfoca a noção de direito social tal como o mesmo surge no contexto do Estado Social” Concorda ou não com esta afirmação.

10.1 – Não concordo, porque:

(Assinale com um X todas as opções que considerar)

- Porque a territorialização (entendida enquanto aplicação local das medidas de nível nacional ou criação de novas medidas por parte dos municípios), funciona como reforço da proteção proporcionada pelas políticas de nível nacional ___

- Porque a territorialização permite uma cobertura dos problemas sociais, que as políticas de nível nacional aplicadas pelos organismos desconcentrados da administração, não proporcionam satisfatoriamente ___

- Porque o Estado Social deve passar também pelo desenvolvimento de políticas de proteção social por parte dos municípios ___

- Por todas estas razões (ou outras razões que pode assinalar no espaço que se segue)

10.2 – Concordo porque:

(Assinale com um X todas as opções que considerar)

- Porque a territorialização leva a uma desvalorização do primado da universalidade ____
- Porque a proximidade favorece o surgimento de pressões ilegítimas por parte dos eleitos e das comunidades junto dos AS, podendo levar ao desenvolvimento de práticas profissionais menos rigorosas do ponto de vista ético, técnico e científico ____
- Porque favorece o surgimento de práticas assistenciais por parte dos AS em detrimento de práticas mais orientadas para a autonomia dos munícipes ____
- Por todas estas razões (ou outras que pode assinalar no espaço que se segue) ____

12 – Que papel ou papéis, considera que os AS dos municípios estão melhor preparados para concretizar no âmbito de um processo de aprofundamento de modelos de governança nos respetivos territórios concelhios:

(Assinale com um X todas as opções que considerar)

- Apresentando propostas de medidas de política municipal ____
- Intervindo diretamente junto das comunidades no sentido de sensibilizar a participação destas nos processos de desenvolvimentos dos territórios ____
- Intervindo junto de estruturas concelhias de natureza social (IPSS (s), Fundações, ADL (s)) ____
- Intervindo junto das estruturas concelhias de natureza social, desportiva, económica ____
- Não considero que os AS possam desempenhar qualquer papel no âmbito dos processos de governança municipal ____
- Outro papel ou papéis:

Qual/Quais:

13 – Para Estivill (2006), a “...maioria de processos de desenvolvimento local em muitos países europeus...”falham, porque são “...formatados e implementados a partir de uma lógica unicamente social...”.

Concorda com esta afirmação?

- Não ____

- Sim ____

13.1 – Se respondeu não, indique

(Assinale com um X todas as opções que considerar)

- Porque o “social” deve ser sempre abordado em separado, face a outras áreas de intervenção ____

- Porque apesar de uma abordagem integrada com outras áreas, o que por vezes falha é a dimensão económica desses processos de desenvolvimento ____

- Porque as falhas existentes nos processos de desenvolvimento resultam de aspetos de natureza estrutural que se sobrepõem e condicionam o local ____

- Por todas estas razões e outras que pode acrescentar no espaço que se segue ____

13.2 – Se respondeu sim, indique:

(Assinale com um X todas as opções que considerar)

- Porque os AS estão pouco preparados/motivados para desenvolver processos de desenvolvimento local organizados em torno de diversas áreas de intervenção ____

- Porque a dimensão “social” dos processos de desenvolvimento local é absorvida pelas outras áreas da intervenção ____

- Porque o “social” é abordado numa lógica assistencial e não autonomizadora dos sujeitos e territórios locais ____

- Por todas estas razões e outras que pode acrescentar no espaço que se segue ____

Obrigado pela sua colaboração

Anexo H – Currículo do candidato

CURRÍCULO VITAE

(Resumo das qualificações e experiência profissional mais relevantes)

Miguel da Conceição Bento

Residência: R. Soeiro Pereira Gomes, 20 - 7 750 – 362 MÉRTOLA

Contactos:

-Telf(s). 968262990 / 286611044

- Endereço eletrónico pessoal: mc.bento@iol.pt

- Endereço eletrónico profissional: mbento@ipbeja.pt

DN – 18/2/1963 - Alcaria Ruiva – Mértola - **CC-** 06661824 / **NIF** – 135 737 141

Habilitações Académicas

•**2016 - Doutorando** em Serviço Social pelo ISCTE-IUL (componente curricular do doutoramento – 17 Valores)

Título da Tese - Serviço Social e Municípios – Trajetórias e desafios dos assistentes sociais portugueses nos territórios municipais (Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira – ISCTE)

2015 – **Especialista em Serviço Social** – Deliberação do Conselho Científico do IPBeja de Junho 2015

•**2010 (Dez.) -Mestre** em Serviço Social – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/Universidade Lusíada – 18 valores (19 valores na defesa da dissertação)

•**2003 – Pós – Graduado em Desenvolvimento Local** – Instituto Superior de Serviço Social de Beja (Classificação de Bom);

•**1996 – Licenciado em Serviço Social** – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – (Classificação de 15 Valores);

Prémios e outras distinções

2012 - Vencedor do Prémio Nacional António Sérgio, (Prémio Cooperação e Solidariedade), na Categoria de Estudos e Investigação;

2011 – Diploma de Bolsa de Estudo por Mérito atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Despacho N.º. 13531/2009 de 9 de Junho de 2009, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Centros de Investigação

2016 – Investigador do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE – IUL <http://www.pdss.cies.iscte-iul.pt/np4/14.html>

2016 – Investigador do CESSDL – Centro de Estudos em Serviço Social e Desenvolvimento Local - IPBeja

Outras Habilitações

•**2004** – **Curso de Formação** de “Desenvolvimento Local”, ministrado pela Associação de Defesa do Património de Mértola;

•**2005 - 2015 Formador** certificado pelo IEFP, desenvolvendo ações ao serviço de várias entidades, nomeadamente da EAPN - European Anti Poverty Network ; Rota do Guadiana- Serpa; Associação de Defesa do Património de Mértola - Mértola, nos domínios da Economia Social, (Gestão de Equipamentos Sociais, Ação Social e Animação Sócio – Cultural);

•**1986** – **Curso Técnico – Profissional de Bibliotecas, Arquivo e Documentação**, ministrado pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – 18 valores;

Línguas: Conhecimentos de inglês, francês e castelhano – falado e escrito

Informática: Domínio na ótica do utilizador – Microsoft Windows 98 e Office 2000

Experiência letiva mais relevante no domínio do Serviço Social e Políticas Sociais

• **2016 (Desde 2007)** – **Professor Adjunto Convidado** do Instituto Politécnico de Beja / Escola Superior de Educação, onde já lecionou as UC (s): Fundamentos do Serviço Social; Serviço Social I; Serviço Social III; Políticas Sociais I, Trabalho de Intervenção Comunitária I, Trabalho de Intervenção Comunitária II, Trabalho de Intervenção Comunitária III, Trabalho de Intervenção Comunitária V, Estágio I, Estágio II e Dissertação;

• **2006** – **Professor** no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (delegação de Beja), lecionando a disciplina de Política Social;

Experiência mais relevante no domínio do Serviço Social e Políticas Sociais

• **2016 (Desde Março 2013)** – Presidente da Direção do Centro de Apoio a Idosos de Moreanes, com responsabilidades diretivas de coordenação geral da instituição, nomeadamente das respostas sociais:

- ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Empresas de Inserção Social
- AEC(s) – Atividades de Enriquecimento Curricular
- Cantina Social
- SAD – Serviço Apoio Domiciliário

- CD – Centro de Dia
- **2016 (desde 2009)** – Membro dos Corpos Sociais das seguintes associações:
 - Rota do Guadiana – Serpa;
 - Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola, CRL
- **2016 (desde 2006)** – Membro do Conselho Local de Ação Social do Concelho de Mértola
- **2015 (desde 2013)** – Membro da Comissão Técnico Científico e Pedagógica do Curso de Serviço Social
 - **2013 (2009 – 2013)** – **Coordenador** do Grupo de Trabalho Para as Questões Sociais no âmbito da Assembleia Municipal de Mértola;
 - **2010 (2002 – Agosto 2010)** – **Diretor Técnico** do Centro de Apoio a Idosos de Moreanes – IPSS – Mértola, tendo e como Assistente Social, sido responsável técnico pela coordenação das seguintes áreas:
 - Empresas de Inserção Social; Lar de Idosos; Redes de Apoio Domiciliário e Centro de Dia; Conceção, gestão e implementação de projetos financiados por programas nacionais e comunitários, nomeadamente, Leader+ , INTERREG, PAII, POEFDS, PARES, POPH, PRODER entre outros,
 - **2010** – **Formador** da EAPN Portugal - European Anti Poverty Network– Gestão de Equipamentos e Respostas Sociais – Ação destinada a Técnicos Superiores (Nível V) e Dirigentes de Equipamentos e Respostas Sociais;
 - **2010** – **Formador** da ALSUD – Escola profissional – Curso de Animador Socio – Cultural;
 - **2009** – **Formador** da COMPETIR na Curso de Formação “Velhice – Ciclo Vital e Aspetos Sociais”;
 - **2008** – **Formador** da ALSUD – Escola Profissional – Curso de Animador Socio – Cultural;
 - **2007** – **Formador** da EAPN Portugal - European Anti Poverty Network – Respostas Sociais de Qualidade (O Apoio Domiciliário) – Ação destinada a Técnicos Superiores (Nível V);
 - **2006** - **Formador** no Curso de Gestão de Instituições Sociais – Ação destinada a Técnicos Superiores – Rota do Guadiana – Serpa;
 - **2005** – **Formador** do projeto ISIS – Projeto de Intervenção Solidária e Inovação Social – Módulo de Gestão de Instituições Sociais,
 - **2005/2004/2003/2002** – **Formador no Curso Técnico Profissional e de Animação Cultural Desenvolvimento Local**, (Disciplinas de Política Social e Gestão Organizacional) na Escola Profissional Bento de Jesus Caraça – Mértola;
 - 2003 - **Membro** da Equipa Multidisciplinar do Programa Comunitária Eqqual, que elaborou o Diagnóstico das Necessidades Formativas das IPSS (s) da Margem Esquerda do Guadiana;
 - **2003** – **Coordenador** do Curso de Auxiliares em Domicilio e em Lares– IEFP/ADPM – Mértola;

- **2003 / 2004 - Formador** de uma Acção EFA B3 (àrea da cidadania e empregabilidade) com responsabilidade dos módulos de Introdução à Gerontologia, Características e Funções do Auxiliar Familiar, Técnicas de Animação e Apoio Domiciliário

- **2003 / 2004 - Formador** de uma Acção EFA B2 (àrea da cidadania e empregabilidade) com responsabilidade dos módulos de Introdução Características e Funções do Auxiliar Familiar, Técnicas de Animação e Apoio Domiciliário

- **2002 – Formador** do Curso de Gerontologia para Ativos , promovido pela Associação de Defesa do património de Mértola;

- 2000/2001 – **Membro** do Conselho de Administração da AMALGA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão do Ambiente;

- 1996 - 1997 – **Membro** do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido (Experiência Piloto);

- **1996 – 1997** – Formador no Curso de Animadores Locais, promovido pela Associação de Defesa do património de Mértola;

- **1994 – 1995** – Formador no Curso de Animadores Locais, promovido pela Associação de Defesa do património de Mértola;

- 1994 – **Co-Autoria** de uma candidatura ao Programa Comunitária Horizon para a Margem Esquerda do Guadiana, apresentado pela Associação Rota do Guadiana – Serpa

- **1991 – Formador** na Santa Casa da Misericórdia de Mértola , Curso de Ajudantes Familiares, Módulo de Técnicas de Animação e Animação Cultural

- 1986 – 1994 – **Membro** da Direção da Associação de Defesa do Património de Mértola

Outras funções:

- **2016 (desde 2013)** – Eleito na Câmara Municipal de Mértola (Vereador)

- **1998 – 2002** – Vice-presidente da Câmara Municipal de Mértola, com responsabilidades nos domínios do ordenamento do território, habitação social, entre outras;

Trabalhos científicos / publicações mais recentes

- **2016** – “Social Policies, Territorialization and Social Work”; (**Artigo Científico – No Prelo**) – Revista Científica Cuadernos Trabajo Social – Universidade Complutense de Madrid – Espanha;

- **2013** - “Vida e Morte numa Mina do Alentejo – Pobreza mutualismo e provisão social” – (**Livro editado**) -Editora 100Luz ;

- **2012** – “ A divisão tríptica dos modelos de Welfare de Esping – Andersen” (**Artigo Científico –Publicado**) – CPIHTS – Centro Português em Investigação, História e Trabalho Social – <http://www.cpihts.com/>;

- **2012** – “ Terceira Idade – Um outro olhar” (**Artigo Científico - Publicado**) – CPIHTS – Centro Português em Investigação, História e Trabalho Social – <http://www.cpihts.com/>;
- **2012** – “ Serviço Social e Políticas de Provisão Social em Portugal” (**Artigo Científico – Publicado**) – Revista Intervenção Social, Nº. 39 – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa;
- **2011** – Associativismo Social na I República – (**Artigo Científico**), Revista Memória Alentejana- Nº. 27/27, Lisboa, CEDA – Centro de Estudos Documentais do Alentejo;

Comunicações apresentadas em Colóquios, Conferências, Encontros...

- **2016** – “Evolução dos Indicadores de pobreza e exclusão em Portugal” – Seminário Ibérico – Pobreza e Estratégias para a sua erradicação, EAPN – Portugal, Beja
- **2015** – “ Intervenção Social Territorializada” – I Encuentro Hispano –Luso Investigación em Trabajo Social y Servicios Sociales , Facultad de Trabajo Social de La Universiad de Huelva;
- **2012** – Moderador no Seminário para seniores “Envelhecer com prazer”, organizado pela Câmara Municipal de Castro Verde e Associação Sénior Castrense;
- **2011** – Comunicação no Seminário em Serviço Social “Território e Serviço Social: modos de agir para um desenvolvimento sustentável. Apresentação da Comunicação, “Intervenção Social Territorializada e Direitos Sociais: que desafio para o Serviço Social”, Organização do CIES – ISCTE -IUL
- **2011** - “Serviço Social e Políticas Sociais – Encontros e desencontros de um trajeto comum” – Conferência proferida no âmbito da Semana do Serviço Social, organizada pelo Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio – Portimão, (Participação como conferencista convidado);
- **2011** – Palestrante na iniciativa “A Universidade, Um Futuro”, Centro de Formação Profissional de Beja;
- **2011** – Conferência Família e Intervenção Social, com a comunicação “ Lares de Idosos – A casa de ninguém” – IPBeja;
- **2011** – Orador no Workshop “Pobreza e Envelhecimento”, com a comunicação, “O Envelhecimento no Distrito de Beja”; organização da REAPN;
- **2011** – Orador no Debate Temático: “Rendimento Social de Inserção – Instrumento de Integração Social” – Encontro promovido pela EAPN Portugal European Anti Poverty Network (Núcleo de Évora);
- **2010** - “Associativismo Social na I República – O caso de S. Domingos (Mértola) na I República” – Conferência realizada no âmbito do Encontro “ A I República e o Alentejo” – Beja, Aljustrel, Mina de S. Domingos, organizado pelo CEDA – Centro de Estudos Documentais do Alentejo; Instituto Politécnico de Beja e Câmara Municipal de Beja – Setembro de 2010, (Participação como conferencista convidado);

– “Pobreza, envelhecimento e solidariedades – Um olhar transversal para o Distrito de Beja “ ; Conferência, Castro Verde, REAPN – Rede Europeia Anti – Pobreza – Portugal; (Participação como Conferencista Convidado);

– Encontro: Que futuro para as antigas áreas mineiras? Organizado pela Câmara Municipal de Serpa e Associação Rota do Guadiana – Título da Comunicação – “S. Domingos – No lastro da destruição”

• **1999**

– Colóquio: O Serviço Social e o Poder Local – 25 Anos depois do 25 de Abril, organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social de Beja – Título da Comunicação “ Poder Local e Planeamento Social – Uma necessidade emergente”

Participação em Encontros, Seminários, Workshps, Etc

• **2015** – Encontro Internacional de Serviço Social – Instituto Politécnico de Beja;

• **2013**

– “Fundamentos teóricos – metodológicos na Investigação em Serviço Social”, Seminário Avançado, CIES – ISCTE-IUL;

- Seminário “A questão social em agenda” – Comissão Técnico – Científico e Pedagógica do Curso de Serviço Social, IPBeja;

• **2012**

- Seminário Ibérico “Lutar contra a pobreza em tempo de crise”; EAPN, Beja;

- Conferências de Economia Social , CASES Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

• **2011**

– Ciclo de Palestras “Pobreza sem tecto” – EAPN – Beja;

- Encontro Distrital de Assistentes Sociais “Os Assistentes Sociais e a Pobreza”, EAPN , Beja;

- Seminário Ibérico “O papel do voluntário nas políticas sociais”, EAPN, Beja;

• **2010**

– 1º. Encontro de Orientadores de Estágio do Curso de Serviço Social – IPBeja;

- Conferência “Pobreza e envelhecimento” – EAPN – Beja;

- Seminário “Património e Desenvolvimento Local”, ADPM e Campo Arqueológico de Mértola, Mértola;

• **2009**

. Pobreza e Comunidades Ciganas – REAPN, Beja,

. Serviço Social – Desafios para o séc. XXI – Escola Superior Educação - IPBeja, Beja (Participação da Professora Doutora Maria do Carmo Brant de Carvalho);

. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social – Escola Superior de Educação – IPBeja (Participação da Professora Doutora Maria Lúcia da Silva Barroco);

•2008

. Serviço Social – Formação, Profissão e Investigação – Desafios para o séc. XXI – Escola Superior de Educação de Beja (Participação do Professor Doutor Francisco Branco e Professora Doutora Maria José Aguilar Idânnez);

. Os Desafios para o Serviço Social na Atualidade – Escola Superior de Educação de Beja (Participação do Professor Doutor José Paulo Netto);

. Seminário Luso – Espanhol de Serviço Social – Centro Português em História e Trabalho Social e Escola Superior de Educação de Beja;

• 2007

Prevenção de Maus Tratos e promoção de Boas Práticas em Instituições, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Beja;

• 2006

- Metodologias de Elaboração de Planos de Acção em Equipamentos Sociais – (Acção de Formação), Associação Rota do Guadiana, Serpa;

- Prevenção de Maus – Trato e Promoção de Boas Práticas em Instituições – (Acção de Formação), Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;

• 2005

Caminhos da Animação – Escola Superior de Educação de Beja, Beja;

• 2003

As Novas formas de pobreza – Associação Rota do Guadiana, Serpa

• 2002 –

Rede Social no Concelho de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola;

• 1997

Ficha do Processo Familiar do Rendimento Mínimo Garantido – (Acção de Formação), Ministério do Emprego e da Segurança Social, Évora

Mértola, Maio de 2016, Miguel da Conceição Bento